

APRESENTAÇÃO

REGINALDO SOUZA SANTOS
FÁBIO GUEDES GOMES

PREZADO LEITOR,

Com o curso dos ventos mais recentes, ficamos convictos de que o trabalho que estamos desenvolvendo para editar a **Rebap** é pertinente, oportuno e tem vida longa. Além das contradições internas que lhes são próprias, as soluções para os problemas que o capitalismo vem enfrentando, nas últimas décadas, parecem depender menos de uma boa teoria econômica e, cada vez mais, de formulações consistentes no campo da administração política (campo da gestão) e de ações gerenciais (o campo da ação, do fazer) concernentes a elas.

Depois dos problemas verificados no sistema financeiro mundial, iniciados no final de 2007, passando por 2008 e chegando até 2009 (aprofundando ainda mais a longa crise do capitalismo), o principal fundamento da saúde do sistema (a estabilidade dos preços) está dentro das expectativas requeridas pelos agentes econômicos. Não obstante isso, neste início de 2010, temos tido notícias de que a dimensão do problema é bem maior do que se dizia, inicialmente. Agora, não estão mais restringidos aos limites das corporações produtivas e, sobretudo, financeiras e sim, também, começam a atingir nações *per se* (Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália), indicando ser possível a sua extensão a regiões estabelecidas — como a zona do euro.

A expansão econômica assimétrica entre as nações, as taxas elevadas de desemprego, as péssimas condições distributivas e o absoluto de miseráveis assustador são alguns dos problemas centrais e históricos do capitalismo que só se agravam, não obstante os avanços extraordinários do conhecimento e, sobretudo, na capacidade de produzir bens e serviços, em razão

do aumento da produtividade e exploração do trabalho. Exploração esta acentuada, sobretudo, nas regiões periféricas do capitalismo central, como o Sudeste asiático, notadamente na economia chinesa.

É verdade que Karl Marx, John Maynard Keynes e Joseph Schumpeter, por veredas teóricas e metodológicas distintas, chegaram à conclusão que o capitalismo é uma etapa histórica do processo civilizatório — sendo superado, portanto, por novas formas de organização das relações sociais de produção e distribuição —; mas essa conclusão não diz que, ao longo da trajetória de existência, a sua sobrevivência, particularmente na etapa de maior exuberância, na qual a produção de bens e serviços parece ser ilimitada, só seja possível mediante o *horror social*, marcado pela degradação de parcela da raça humana.

Embora todos falem que a expansão da riqueza é a forma possível de proporcionar uma materialidade de modo que todos tenham as condições mínimas de reprodução biológica e social, a forma como esse desiderato vem sendo administrado produz como resultado final o contrário do que é pretendido. A administração política do capitalismo tem sido incapaz, até mesmo, de encontrar possibilidades para incorporar novas fronteiras de expansão — única maneira possível de ele sobreviver! Vejam que essas fronteiras são amplas, a exemplo das existentes nos países mais ricos, os amplos espaços de expansão verificados na América Latina e na Ásia, além de toda a África, com mais de um bilhão de seres humanos — ou de consumidores, se assim ficar mais ao gosto dos agentes econômicos.

Devemos reconhecer que a administração, até aqui, só se preocupou com a produtividade e com os resultados dos agentes, vistos isoladamente (que denominamos de administração profissional dos negócios dos agentes econômicos). Enquanto isso, a produtividade e os resultados do conjunto da sociedade não têm recebido nenhuma atenção — seja no plano da reflexão (sistematizando conhecimento) e da possibilidade para a orientação da ação, seja no plano da prática propriamente dita.

Não temos dúvida de que os estudos que estão sendo desenvolvidos no âmbito da Administração Política, nos últimos dez anos, demonstram uma preocupação clara com a irresoluta materialidade e sua respectiva inclusão na centralidade do nosso trabalho de pensar e agir — enfim, que seja central em nossa agenda a transformação de nossa realidade. E o último ato desse processo transformador, principalmente na maneira de

pensar a administração de forma crítica, ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de janeiro (próximo) passado, na cidade de Garanhuns (PE), agreste pernambucano.

Lá, sob o agradável clima do agreste a mais de oitocentos metros de altitude, mais de trinta professores e alunos de graduação e pós-graduação de oito universidades brasileiras, durante três dias, desenvolveram debates e críticas preliminares que tiveram como ponto de partida o texto intitulado *Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*, cujas conclusões partiam de uma visão da Administração como um conhecimento de natureza política, ideológica, propositiva de ações transformadoras da sociedade e condutoras do desenvolvimento, com um olhar transdisciplinar, crítico, histórico e cultural da dinâmica social (*Carta de Garanhuns*, janeiro de 2010).

Além do documento final, *Carta de Garanhuns: uma administração política para o desenvolvimento do Brasil*, todos saímos com o compromisso de produzir uma reflexão acerca daquele evento, cujos produtos serão publicados em livro — que será lançado em junho próximo — e em um número especial da **Rebap**, cujo lançamento está programado para setembro deste ano. Também temos o compromisso de retornar a Garanhuns, no início do próximo ano, para novas reflexões.

Esta quarta edição da Rebap circula com oito artigos, tratando desde aspectos voltados para a consolidação das bases teóricas e metodológicas do campo da Administração Política — e essa preocupação está refletida nos artigos de Rafael Tavares Bonfim (Administração Política e Governança Corporativa: que novas contribuições para o desenvolvimento epistemológico da administração?), de João Martins Tude e outros (Max Weber e Administração Política: quais as aproximações possíveis?) e o de André Luís Nascimento dos Santos (Administração Política: entre o passado e o futuro — a escolha de uma tradição a ser seguida) — e outros que estão mais relacionados com a nossa realidade e comprometidos com a transformação — com esta preocupação encontram-se os textos de Frederico Lustosa da Costa e Augusto Paulo Cunha (Crise do século XXI: por uma nova administração do Estado), de José de Moura Pinheiro (Administração Política e responsabilidade socioambiental: aspectos conceituais e exemplo), de Bárbara Maria Dutra Pereira e outros (A busca de uma tecnologia de gestão proletária: uma análise sob a ótica da administração política), de João Pereira Oliveira Júnior (Administração Política e a gestão de cidades:

um novo campo do conhecimento para um debate interdisciplinar) e o de Renato Luís P. Miranda (O federalismo fiscal como um processo de coordenação das relações sociais: um olhar administrativo da teoria do Estado).

Esperamos que todos tenham uma boa leitura!